



Índice

- 01** Reitora ignora Recomendação do MPF e UFAM não recebe universitários indígenas do sul do Amazonas
- 02** Valor cultural dos povos indígenas
- 03** Questão indígena: Portaria 303 da AGU entra em vigor nesta quarta, 05
- 04** Nove mil mudas frutíferas para aldeias indígenas
- 05** Comunidades indígenas do baixo e médio rio Negro discutem educação escolar indígena
- 06** Índios expulsam garimpeiros e são ameaçados
- 07** Índios desocupam sede da empresa Norte Energia, em Altamira
- 08** Relatório sugere inclusão de comunidades quilombolas no Bolsa Família
- 09** Comunidade Quilombola São Miguel recebe água encanada nas residências
- 10** Prefeito lança obras de construção de 73 casas para quilombolas em Aparecida
- 11** Jota Pinto solicita trator para comunidade quilombola em Matinhas
- 12** Atuação do MPF/AP assegura regularização de terras da Comunidade Quilombola do Ambé
- 13** Única ambulância para atender ribeirinhos em Macapá está parada
- 14** Ribeirinhos temem elevação do nível do Rio Pindaré



- 15** Conselho de Direitos Humanos avalia situação de comunidades tradicionais
- 16** Intolerância religiosa é tema de encontro em Salvador (BA)
- 17** Chamada Pública prevê apoio à agricultura familiar
- 18** Educação ambiental nas escolas paranaenses agora é obrigatória
- 19** Diamante do Oeste cria Divisão de Cultura Indígena
- 20** Cheia do Rio Acre: ribeirinhos antecipam colheita para reduzir perdas
- 21** Índios aguardam presença da presidente da Funai para resolver conflitos de Belo Monte
- 22** Violência em áreas indígenas
- 23** Câmara Federal votará projeto que isenta de impostos territórios quilombolas
- 24** Obra da Escola Pajé Miguel Selestino será concluída até julho
- 25** MPF obtém liminar que obriga a Funai a não discriminar indígenas não-aldeados
- 26** Corpos de desaparecidos no Sul do Amazonas começam a ser velados
- 27** Tetila afirma que faltam poucos ajustes para concluir negociação de terras indígenas
- 28** Programa do Governo levará jovens negros e indígenas para estudarem em universidades no exterior
- 29** Defensoria Pública da União assume formalmente a defesa dos Tenharim presos em Porto Velho
- 30** Representantes da SDH vão à BA para debater conflitos entre índios e produtores
- 31** AM – Centro Acadêmicos de Ciências Sociais protesta contra alienação da UFAM e



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

[omissão em relação aos alunos Tenharim](#)



Reitora ignora Recomendação do MPF e UFAM não recebe universitários indígenas do sul do Amazonas

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 05.02.2014



Márcia Perales ignora MPF

No dia 21 de janeiro, o Ministério Público Federal deu prazo para que a UFAM, entre outras, estabelecesse formas para receber os estudantes indígenas. A reitora Márcia Perales não acatou a recomendação do MPF (leia na íntegra: Procurador da República no Amazonas dá prazo de dez dias para que o Direito à Educação seja garantido a todos os estudantes de Tenharim Marmelos), nem deu resposta ao pedido de audiência enviado pelos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (ofício no final desta matéria). (TP)

Portal do Zacarias

A reitora da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), Márcia Perales Mendes da Silva, está sendo acusada pela comunidade acadêmica de ter ignorado a recomendação feita no último dia 21 de janeiro pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF-AM), para que a instituição adotasse "as medidas necessárias para garantir a frequência dos alunos indígenas em seus cursos, sem prejuízo por decorrência dos conflitos e ameaças existentes na região, oferecendo todas as possibilidades de aproveitamento do ano letivo e medidas de acolhimento.

O MPF fixou o prazo de dez dias para que a UFAM, assim como a Universidade do Estado do Amazonas (UEA), o Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (Cetam) informassem "o acatamento da recomendação, encaminhando descrição detalhada do planejamento das ações necessárias ao cumprimento e o cronograma".

Desses quatro estabelecimentos de ensino, apenas a UFAM não prestou as informações requeridas pelo MPF.

Preocupados com a omissão de Márcia Perales, os alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social encaminharam ofício no dia 29 do mês passado, solicitando uma audiência para "tratar de assuntos relacionados aos encaminhamentos por parte de vossa senhoria acerca da recomendação expedida pelo Ministério Público Federal do Amazonas".

Veja a íntegra do ofício:

Universidade Federal do Amazonas
Museu Amazônico
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

Ofício

À Magnífica Reitora Márcia Perales Mendes da Silva,

O corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Amazonas solicita uma audiência para tratar de assuntos relacionados aos encaminhamentos por parte de vossa senhoria acerca da recomendação expedida pelo Ministério Público Federal do Amazonas no dia 20 do mês corrente, solicitando que a presente instituição adote medidas necessárias para garantir a frequência dos alunos indígenas no Campus do Polo Vale do Rio Madeira – Humaitá em seus cursos, sem prejuízo por decorrência dos conflitos e ameaças existentes na região, oferecendo todas as possibilidades de aproveitamento do ano letivo.

Atenciosamente,

Manaus, 29 de janeiro de 2014.



Valor cultural dos povos indígenas

SÍTIO O PROGRESSO, 06.02.2014

Só o homem é portador de cultura, por isso, só ele a cria, a possui e a transmite. A cultura é uma herança que o homem recebe ao nascer. A herança cultural não se confunde com a herança biológica. O homem ao nascer recebe essas duas heranças: a herança cultural lhe transmite hábitos e costumes, ao passo que a herança biológica lhe transmite as características físicas ou genéticas de seu grupo humano. O *modus vivendi*, ou como nosso povo vive, está assegurado na Constituição Federal, Art 231, "são assegurados aos índios seus usos costumes, línguas, crenças tradições..." As terras essenciais à prática desse modo de vida também estão garantidos.

Ao contrário do imaginário popular, não é a indumentária, cor da pele ou posição social, que diferencia, nós, os índios, como seres humanos, mas, sim os valores que cultivamos no meio em que vivemos. Ser indígena (nativo brasileiro) não é apenas uma condição como: estar pelado, pintado para guerra ou adornado com plumas, mas, sobretudo, é ver o mundo desprovido de valores mercantilista (cosmovisão). Uma das capacidades que diferenciam o ser humano dos animais irracionais é a capacidade de produção de nossa cultura.

Não se pode, portanto, ficarem elucubrando comparações bestiais, ou seja, comparar a produção mercantilista do agronegócio, com a produção cultural de nós indígenas, cada um tem sua valoração. Por exemplo: poderia dizer que os latifúndios servem destruir a natureza e engordar bois para alimentar europeus; retrucar-me-iam retumbante que servem para equilibrar a balança comercial; eu tornaria dizendo quantos bois ou sacas de soja, equivaleria apenas um pequeno chip, que somos obrigados a importar. Em outras palavras, para que servem essas comparações bestiais? Igualmente se fizemos comparação da forma de produção, do japonês e do brasileiro, por certo, seríamos nós brasileiros tidos por preguiçosos. No entanto, temos que considerar as diferenças culturais que nos proporciona o "continente" Brasil. Então não é o japonês trabalhador e o brasileiro preguiçoso, apenas eles sobrevivem em condição totalmente adversa das do povo brasileiro.

Lembro-me de quando um cacique do povo indígena Terena foi convidado para um sobrevoo nas terras indígenas que seriam demarcadas. No voo o representante do Governo, do MPF e representante dos fazendeiros. Ao sobrevoarem a divisa da aldeia, o fazendeiro bradou orgulhoso às autoridades: olhem doutores, até aqui está tudo plantado tem de tudo, apontando para sua plantação, e, apontando para a reserva indígena, disse: daqui em diante não tem nada só mata. O sábio cacique Terena, olhou para as autoridades e retrucou: não doutor, é ao contrário, aqui é que não tem nada, apontando para a lavoura do fazendeiro, só tem soja, não tem mais nenhuma vida, o ar está poluído com o agrotóxico, todos os animais e pássaros morreram ou fugiram para a mata e até a água está poluída; e apontando para a reserva disse olha doutor: aqui tem de tudo paca, porco-do-mato, onça capivara, pássaros etc., até o ar que ele respira - apontou para o fazendeiro - vem da mata de nossas reservas indígenas.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

Esta visão de que o índio tem que pensar e agir como o "civilizado", é a visão integracionista que foi fulminada pela Constituição Federal, é o pensamento de sobreposição cultural, julgando ser o índio sem cultura, ou pior, julgando ser a cultura do "civilizado" melhor que a dos nossos povos. Assim, os nossos valores culturais, para com as nossas terras não são comerciais é o valor da própria vida. O que importa se essas terras de nossas reservas deixarem de "produzir" algumas sacas de soja, por certo não quebrará a balança comercial do país. Para nós os Índios, a matemática não é contábil, para nós o lucro não é material, nossos cânticos não buscam audiências, em nossas preces não negociamos perdão, nossa filosofia é feita com água, terra, mata, urucum, igualdade e, sobretudo, amor a vida.

Foram 500 anos onde houve escravidão, catequização, miscigenação e dizimação. Um estudo recente do geneticista brasileiro Sérgio Danilo Pena mostrou que 70% dos brasileiros que se dizem brancos têm índios entre seus antepassados.



Questão indígena: Portaria 303 da AGU entra em vigor nesta quarta, 05
SÍTIO RURAL CENTRO, 05.02.2014

A Portaria 303/2012 da Advocacia-Geral da União (AGU) passou a vigorar a partir hoje (5/02). O expediente se reporta ao acórdão dos embargos declaratórios da petição (PET) 3388/RR, que demarcou a terra indígena Raposa Serra do Sol e manteve as condicionantes daquele julgamento. A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) recorda que em novembro do ano passado, em audiência pública no Senado Federal, Luís Inácio Lucena Adams, advogado geral da União, informou que após a publicação do acórdão dos embargos declaratórios (o que ocorreu ontem) iria rever a Portaria 303.

No entender da Consultoria Jurídica da FPA, "tal revisão não se harmoniza com o posicionamento adotado pela Suprema Corte que confirmou, por 7 votos a 2, a validade das 19 (condicionantes) salvaguardas adotadas na PET 3388/RR". Na ocasião, o relator ministro Luís Roberto Barroso concluiu que "decisão ostenta a força intelectual e persuasiva da mais alta Corte do País". Além disso, tanto antes quanto depois do julgamento dos embargos declaratórios, o Supremo Tribunal Federal reconheceu a validade das condicionantes do acórdão da PET 3388/RR.

Segundo o consultor jurídico da FPA, Rudy Ferraz, "é de suma importância que a AGU ratifique agora as orientações da Portaria 303 em sua integralidade, conforme o § 1º do artigo 40 da Lei Complementar nº 73/93, passando a vigorar em todo o Brasil para evitar muitos conflitos entre índios e produtores rurais, traria a sonhada paz no campo e a tão desejada segurança jurídica". Ainda ontem, na reunião-almooço da FPA, o tema que mais despertou a atenção dos parlamentares foi as constantes brigas que pipocam por esse país afora. Por isso, eles querem apressar as audiências públicas da PEC 215.

A Portaria (AGU) nº 415, de 17/09/2012, que esclarece o assunto é a seguinte:

PORTARIA Nº 415, DE 17 DE SETEMBRO DE 2012

Altera o disposto no art. 6º da Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012 e revoga a Portaria nº 308 de 25 de julho de 2012.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e o art. 4º, incisos X e XVIII, da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, e considerando o teor do Aviso nº 1744/2012/MJ, de 14 de setembro de 2012, resolve:

Art. 1º. O art. 6º da Portaria nº 303, de 16 de julho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º. Esta Portaria entra em vigor no dia seguinte ao da publicação do acórdão nos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

embargos declaratórios a ser proferido na Pet 3388-RR que tramita no Supremo Tribunal Federal".

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 308, de 25 de julho de 2012.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS



Nove mil mudas frutíferas para aldeias indígenas

SÍTIO O XINGU, 05.02.2014

As comunidades indígenas vão receber cerca de nove mil mudas frutíferas nas aldeias atendidas pelo Projeto Básico Ambiental do Componente Indígena (PBA-CI). A doação feita pela Norte Energia integra as ações do Programa de Atividades Produtivas, executado pela empresa, que é responsável pela instalação e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, no Pará.

A entrega de mudas de árvores frutíferas contribui com o fortalecimento das atividades produtivas dos povos indígenas da área de influência do empreendimento. Mudas frutíferas como manga, acerola, banana, graviola, abacate, entre outras, estão sendo entregues desde o começo de janeiro. Outras variedades também serão repassadas conforme o pedido de cada uma das aldeias.

“A intenção do projeto é fortalecer as atividades produtivas dos povos indígenas. Muito mais do que produzir alimentos, o projeto garante segurança alimentar e ainda favorece a geração de renda para a melhoria da qualidade de vida dessas comunidades”, explica o especialista de estudos Indígenas da Norte Energia, Fabrício Costa.

O Programa de Atividades Produtivas tem ações em 33 aldeias distribuídas em onze terras indígenas na região do Médio Xingu. O trabalho da Norte Energia abarca uma área de 244 hectares de roça plantada. No primeiro momento, foram priorizadas culturas tradicionalmente trabalhadas pelos indígenas, com milho, mandioca, macaxeira e arroz, sendo essa produção acompanhada por técnicos para dar a assistência adequada às comunidades.

Diálogo

Na primeira etapa do trabalho, as aldeias passaram por um amplo diagnóstico para identificar a vocação agrícola. Os técnicos da Norte Energia também travaram um diálogo intenso com os indígenas para melhor compreensão dos métodos de produção na agricultura. Houve ainda um esforço concentrado para observar as peculiaridades culturais de cada etnia e, assim, desenvolver ações que não alterasse principalmente os aspectos étnicos e antropológicos de cada grupo beneficiado.]

O programa prevê ainda capacitações dos indígenas para produção de mudas de interesse alimentar e utilização de técnicas de Sistema Agroflorestal (SAF) e adubação orgânica, além da aplicação das técnicas de plantio e enriquecimento das roças com acompanhamento de especialistas.

O Programa de Atividade Produtiva das Comunidades Indígenas é executado pela Norte Energia sob acompanhamento da Fundação Nacional do Índio (Funai), responsável também pela análise sobre todas as outras ações implementadas pelo PBA-CI.

Blog Belo Monte



Comunidades indígenas do baixo e médio rio Negro discutem educação escolar indígena

SÍTIO FEDERAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO RIO NEGRO, 05.02.2014



Na foto Libório Sodré Diniz, apresenta resultado de trabalhos em grupo durante o Seminário de Educação Escolar Indígena em Itapereira

A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn) e a Fundação Nacional do Índio (Funai), em parceria com o ISA, realizaram, na comunidade de Itapereira, de 28 a 30 de janeiro, o seminário de Educação Escolar Indígena. Cerca de 70 pessoas das etnias Arapaso, Baré, Baniwa, Carapanã, Cubeo, Desano, Piratapuaia, Tariano, Tukano e Tuyuka, representando 13 comunidades participaram do evento entre lideranças comunitárias, das associações indígenas e representantes da Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro. Além deles estiveram presentes o assessor do Departamento de Assuntos Indígenas da prefeitura de São Gabriel da Cachoeira, professores indígenas, pais e alunos.

O seminário faz parte do projeto da Foirn, denominado "Seminários de Educação Escolar Indígena" – lançado em 21 de janeiro de 2014. Tem como objetivo, no âmbito da política dos Territórios Etnoeducacionais, realizar um diagnóstico ampliado e aprofundado sobre a realidade da educação escolar indígena nas cinco regiões administrativas do rio Negro, promover o intercâmbio de experiências, propor, de forma mais específica, melhorias de infraestrutura, metodologias de ensino, formação de professores indígenas, elaboração de projetos políticos pedagógicos indígenas – na perspectiva da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), política instituída pelo decreto 7.747, de 5 de junho de 2012 – e, aprofundar a discussão político-filosófica da educação escolar indígena e suas especificidades rio-negrinas.

CONT.



No primeiro dia foram realizadas duas palestras: "Os direitos indígenas no Brasil e políticas de territorialidades do governo federal no Rio Negro" e "A prática da educação indígena e educação escolar indígena: as conquistas e as leis da educação escolar indígena". Também foram apresentadas as experiências das escolas Baniwa e Tuyuka.

Para Andre Baniwa (FUNAI), o Rio Negro tem mais de 200 anos de contato, mas há milênios os ancestrais já estavam ali. "Nós temos que nos reorganizar porque o contato desorganizou a gente. A Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro é uma reconstituição das nossas forças, que já existiam no passado. Se a gente pensar nisso as lutas valeram a pena. Muitos já não estão aqui. A gente continua, não só fisicamente, mas também politicamente. Devemos dar continuidade à nossa luta. Que os jovens possam pensar, refletir e dar continuidade à isso. É a nova geração que vai continuar, sempre."

A partir disto, lideranças indígenas destacaram a importância da educação como uma conquista do movimento indígena do Rio Negro, na luta por seu território e seu fortalecimento. Nesse sentido, consideraram fundamental prosseguir na consolidação de uma educação escolar indígena no Rio Negro, que valorize as especificidades regionais e faça valer o direito indígena por seus métodos próprios de ensino-aprendizagem.

André Baniwa apresentou as experiências da Escola Pamáali dizendo que a metodologia de ensino utilizada foi o ensino via pesquisa. "Antes dela o professor ficava escrevendo na lousa, a criança ficava com sono. Era só bater o sino que as crianças saíam correndo da sala de aula. O ensino via pesquisa mudou isso, e era justamente esse sistema que queríamos quebrar. Queríamos provar que não era preciso se vestir igual, como na época do internato, para poder aprender. Que não era preciso ser rico para aprender. Isso nós conseguimos provar com nossa escola. Nossa escola tem laboratórios de informática, tem criação de alevinos, tem hortaliças. E não consideramos o prédio como um espaço único de aprendizagem".

Professores indígenas informaram que no início da discussão sobre educação escolar indígena no Baixo Rio Negro, ouviam dos pais: "Será que meu filho vai voltar a andar nu?". E contaram que muitos pais ainda sentem dificuldade em compreender a educação escolar indígena, temendo que seus filhos não saibam se relacionar, não sejam respeitados pela sociedade nacional e que não possuam um nível de conhecimento a altura dos não indígenas.

A preocupação do aprendizado em língua portuguesa ainda é um fator que dificulta a inserção de uma língua indígena como prioritária no processo de letramento das crianças. Mas, por outro lado, consideram importante manter os conhecimentos indígenas vivos, temendo também, que seus filhos os esqueçam.

O professor Higino Tuyuka ressaltou a importância da língua própria no processo de letramento das crianças e jovens: "Na educação escolar indígena Tuyuka um dos principais objetivos foi o fortalecimento da língua Tuyuka. A língua Tuyuka era nossa língua de instrução em sala de aula. A grafia, o processo de letramento foi realizado na língua Tuyuka. A gente não reprovava, porque o reprovar é da cultura ocidental".

Lideranças indígenas apontaram a educação escolar indígena como um espaço de produção de
CONT.



conhecimento e que nesse espaço cabem os conhecimentos indígenas e os não indígenas.

Uma das propostas que surgiu durante os debates, com necessidade de maior amadurecimento, foi a possibilidade de federalizar a educação escolar indígena, por considerarem mais viável seu fortalecimento a partir de um diálogo direto com o governo federal.

No segundo dia a pauta foi a organização de grupos de trabalho para a realização de um diagnóstico participativo das escolas indígenas, contendo informações sobre a realidade atual e as demandas sobre infraestrutura; formação; projeto político pedagógico indígena; linguagem; tecnologia da informação e comunicação. Após o trabalho de grupo houve a apresentação, debates em plenária e a sistematização das informações levantadas.

A partir dessas apresentações o projeto político pedagógico indígena (PPPI) foi apontado como base importante para o reconhecimento das escolas indígenas, mas que há pouco interesse dos conselhos de educação – municipal e estadual – em seu reconhecimento.

Outro desafio é a construção desses projetos políticos pedagógicos indígenas sem o devido acompanhamento pedagógico das secretarias municipais e estadual de educação, e, sobretudo, o acompanhamento de profissionais com experiência em educação escolar indígena.

Uma das principais propostas para o tema foi criar uma equipe, coordenada pela Foirn, composta por pela Funai, Forin e Secretaria Municipal de Educação de São Gabriel da Cachoeira. A equipe deverá promover oficinas nas regionais do Rio Negro e realizar acompanhamentos durante todo o processo de construção dos PPPIs. Um proposta específica para implementar uma merenda escolar adequada para o território Etnoeducacional do Rio Negro também foi debatida.

No último dia, Claudia Bandeira, da Funai/Brasília, apresentou a proposta da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas -PNGATI, sobre como incluir a política nacional de gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas na educação escolar indígena do Rio Negro.

O diretor da Foirn, Nildo Fontes informou que a federação, hoje, tem como objetivo aliar seus projetos voltados para a linha de ação do PNGATI, através de seus sete eixos (1 – Proteção Territorial e dos Recursos Naturais; 2 – Governança e Participação Indígena; 3 – Áreas Protegidas, Unidades de Conservação e Terras Indígenas; 4 – Prevenção e Recuperação de Danos Ambientais; 5 – Uso Sustentável de Recursos Naturais e Iniciativas Produtivas Indígenas; 6 – Propriedade Intelectual e Patrimônio Genético; 7 – Capacitação, Formação, Intercâmbio e Educação Ambiental). Avaliou que é possível pensar, planejar e incluir algumas diretrizes voltadas para a educação escolar indígena dentro do PNGATI, considerando a formação de gestores ambientais indígenas como um ponto importante.

Para o professor Higino Tuyuka é preciso planejar o trabalho dentro da PNGATI. "Na educação, como vamos inserir essa política dentro do currículo da escola? Por aqui estamos acostumados a receber o prato feito de quem vem de fora. Eu sou desconfiado do sistema de ensino. Como

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

dizem os analistas em educação: o currículo vem do “saber sabido”. Por isso é importante ter esse cuidado, precisa pensar em como inserir essa política”, disse. “Uma proposta é pensar na EJA – Educação de Jovens e Adultos Profissionalizante Indígena e dentro dessa EJA estudar o tema Gestão Ambiental, para que esses jovens e adultos virem técnicos e no futuro cuidem de seu território, trabalhando em sua própria comunidade. E é necessário que esse curso profissionalizante seja implementado de forma rápida e que o currículo seja construído em conjunto com professores, lideranças indígenas e alunos”.

Índios expulsam garimpeiros e são ameaçados
SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 05.02.2014



O índios Munduruku ajudaram a polícia a prender Alexandre Martins, dono do garimpo (Foto: Antonio Cruz/ABr)

As polícias Civil e Militar apreenderam, nos últimos seis meses, nove armas de fogo, durante operações integradas, no município de Jacareacanga, no oeste paraense. Entre elas estão dois revólveres calibre 38 e um rifle carabina calibre 38, além de munição, encontrados com Alexandre Jesus Martins, que foi autuado por posse ilegal de armas de fogo.

Ele é dono do garimpo localizado no Rio das Tropas, afluente do Rio Tapajós, na região oeste do Pará, onde índios Munduruku expulsaram garimpeiros.

Conhecido como Tubaína, Martins também é dono de pelo menos mais dois garimpos na região, e teria deixado o local três dias antes da operação, exatamente quando os Munduruku iniciaram a vistoria na bacia do Tapajós.

Após expulsarem os garimpeiros, os indígenas foram ameaçados por Alexandre Martins.

Por orientação do delegado Lucivelton Ferreira dos Santos, titular da delegacia de Jacareacanga, os índios ficaram monitorando a chegada de Alexandre Martins. Após denúncia de que o homem estava com as armas, os policiais foram ao local e o prenderam em flagrante.

(DOL com informações da Polícia Civil)



Índios desocupam sede da empresa Norte Energia, em Altamira

SÍTIO G1/PA, 05.02.2014

*Grupo decidiu sair do prédio após reunião nesta quarta-feira (5).
Indígenas reivindicam cumprimentos do Plano Básico Ambiental.*

O grupo de índios que ocupava a sede da empresa Norte Energia, em Altamira, no sudeste do estado, saiu do prédio após reunião com representantes da prefeitura do município na noite desta quarta-feira (5).

Os índios das etnias arara, xipaia e paracanã pedem que a Norte Energia, responsável pela construção e operação da Usina Hidrelétrica Belo Monte, acelere as obras do Plano Básico Ambiental (PBA), que incluem a construção de escolas, postos de saúde e melhoria nas estradas que dão acesso para as aldeias da região.

O grupo de índios ocupou o prédio no último dia 3.



Relatório sugere inclusão de comunidades quilombolas no Bolsa Família

SÍTIO SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS, 05.02.2014

Ocorreu nesta quarta-feira (05), em Brasília, a reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) para debater o caso das comunidades Quilombolas da Lapinha, Pau de Léguas, Quilombo da Praia e Pau Preto. A região quilombola foi delimitada por fazendeiros e por parques estaduais, comprometendo assim a produção agrária e consequentemente a alimentação da comunidade.

Após uma visita ao local, integrantes da Comissão Especial Direito Humano à Alimentação Adequada, produziram um relatório que subsidiou o debate entre diversos órgãos do governo Federal.

Um dos encaminhamentos emergenciais da reunião foi a inscrição das comunidades quilombolas no programa do Governo Federal, Bolsa Família. A discussão sobre a demarcação de terras ainda está em andamento, com a participação de diversos órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF). Representantes das comunidades quilombolas também destacaram o comportamento truculento e desrespeitoso de agentes ambientais, dos parques que cercam a comunidade.

As comunidades são chamadas de Vazanteiros porque tem sua vida associada aos ciclos de enchentes, cheia, vazante e seca do rio São Francisco. Participam da reunião, representantes das prefeituras locais, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Fundação Palmares, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério das Cidades, dentre outros.

Assessoria de Comunicação Social



Comunidade Quilombola São Miguel recebe água encanada nas residências
SÍTIO TUDO DO MS, 05.02.2014

A Comunidade Quilombola São Miguel recebe mais um benefício do Governo Federal através da Funasa (Fundação nacional da Saúde) que é o saneamento básico para a comunidade. São 55 residências que vão receber água encanada, o benefício tem a parceria com a Prefeitura de Maracaju através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente que é responsável em dar a manutenção no poço artesiano e na bomba que puxa água até a caixa. O poço tem 230 metros com capacidade para 15 mil litros de água hora. Serão colocados 5,5 mil de metros de canos, por toda a extensão da comunidade quilombola, em 36 cavaletes. Além disso, o suporte de água fica pronto e com capacidade para mais 22 casas que serão construídas no quilombo. Mas se for preciso aumentar a vazão de água existe um poço reserva pronto para ser usado.

Para o Presidente da Comunidade Quilombola, Jorge Henrique Gonçalves, essa é mais uma conquista importante para a comunidade. "Isso está acontecendo graças a união e os trabalhos que aqui são desenvolvidos. Graças a Deus hoje nós temos luz e água encanada, isso é o mais importante para os assentados. Graças as parcerias com a prefeitura, órgãos do governo estadual e federal estamos conseguindo superar as dificuldades. Hoje posso dizer com certeza que aqui estamos fazendo tudo para melhorar a cada dia a qualidade de vida do quilombola". Disse o presidente.

As obras já estão em andamento e devem durar cerca de 30 dias para ficar prontas. A equipe da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Agrário, (Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural) estiveram visitando o quilombo, e acompanhando o início das obras e estado do poço e bomba d'água.



Prefeito lança obras de construção de 73 casas para quilombolas em Aparecida
SÍTIO PREFEITURA DE APARECIDA, 05.02.2014

Aparecida de Goiânia, 05 de fevereiro de 2014 – O prefeito de Aparecida de Goiânia, Maguito Vilela (PMDB), lançou na tarde desta quarta-feira, 5, no Jardim Cascata, as obras de construção de 73 casas para a comunidade quilombola do município. As casas serão construídas por meio de convênio com a Caixa Econômica Federal e tem orçamento de R\$4,3 milhões. O projeto será um piloto para o Governo Federal instituí-lo em outros municípios. “Aparecida está muito feliz em dar o pontapé neste projeto e, por meio dele, abrir as portas para que seja implantado em outras cidades”, ressaltou.

De acordo com o Secretário Municipal de Habitação e Regularização Fundiária, Ronnie Barbosa, as obras já estão em fase de terraplanagem e os alicerces das casas também já começaram a ser feitos. “Este é o único programa no Brasil de construções de habitação quilombola em área urbana”, pontuou o secretário. A entrega das casas está prevista para o mês de outubro deste ano.

A Secretária Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, Inês Magalhães, esteve em Aparecida em setembro do ano passado para a assinatura do convênio. Durante a visita destacou o saldo positivo do Programa Minha Casa, Minha Vida pelo país e afirmou que, para este ano, a meta é entregar 3 milhões de moradias. “O programa completou a entrega de um milhão de moradias em 2012 e o governo deve superar a meta de três milhões de moradias até este ano. Nunca se investiu tanto em habitação como no governo da Presidente Dilma Rousseff”, avaliou.

A construção das casas destinadas à comunidade quilombola é um empenho das Secretarias de Habitação, Planejamento, Desenvolvimento Urbano, Regulação Urbana, Cultura e Turismo e Diretoria de Igualdade Racial. “Uma das prioridades da nossa administração é ampliar acesso a moradia digna. Queremos diminuir o déficit habitacional no município até o fim da gestão”, frisou o prefeito.

Fonte: Rafael Ceciliano - Secom

Foto: Fabiano Araújo - Secom



Jota Pinto solicita trator para comunidade quilombola em Matinhas

SÍTIO ASSEMBLEIA LEGISLATIVA/MA, 05.02.2014

Através da indicação nº 07 de 2014, o deputado Jota Pinto (PEN) requereu à Mesa Diretora da Assembleia que encaminhe ofício ao secretário de Agricultura e Pesca do Estado, Cláudio Azevedo, no sentido de determinar a liberação de recursos destinados à aquisição de um trator, a ser entregue à Associação Comunitária Coração de Mãe do Povoado Santa Izabel Remanescente de Quilombo, no município de Matinhas (MA), localizado na microrregião baixada maranhense, a 222 quilômetros de São Luís.

“A proposição visa beneficiar a região de Matinha, especialmente o povoado Santa Izabel. A doação deste maquinário irá beneficiar os povoados vizinhos, todos remanescentes de quilombo, sendo de extrema valia, já que os tratores existentes no município não são suficientes para suprir as demandas dos povoados”, justificou o parlamentar.

A proposição do deputado Jota Pinto foi aprovada, por unanimidade, pelo Plenário da Casa, e segue nesta quinta-feira (6) para a Secretaria de Agricultura e Pesca do Estado.



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

Atuação do MPF/AP assegura regularização de terras da Comunidade Quilombola do Ambé

SÍTIO MPF/AP, 05.02.2014

A comunidade quilombola do Ambé terá as terras regularizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no prazo de três anos. Esse é o tempo necessário para identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular a área ocupada pela comunidade. A decisão da Justiça Federal obriga o Incra a concluir o processo de regularização sob pena de multa de R\$100 mil por mês. A ordem é resultado de ação movida pelo Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) em benefício da comunidade.

Pela decisão, João Melo Picango, que se intitula possuidor da área, está impedido de promover qualquer trabalho ou benfeitoria até a regularização fundiária, pois as terras pertencem à União. A licença de ocupação que ele possui lhe confere apenas preferência pela aquisição do lote. O documento, no entanto, pode ser cancelado, dentre outros motivos, quando houver necessidade ou utilidade pública.

Para o MPF/AP, a regularização da área pelo Incra vai assegurar o direito dos remanescentes de quilombo à propriedade das terras por eles ocupadas, conforme prevê a Constituição Federal de 1988.

Comunidade do Ambé – Pouco mais de 30 famílias residem na Comunidade do Ambé, de acordo com dados da Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do Amapá (Conaq). Distante cerca de 80km da capital, Macapá, a região ocupa área aproximada de 12.500 hectares – um dos maiores territórios quilombolas do estado.

Número para acompanhamento processual: 2008.31.00.002024-2

Assessoria de Comunicação Social
Procuradoria da República no Amapá
(96) 3213 7815
prap-ascom@prap.mpf.gov.br
Twitter: @MPF_AP



Única ambulancha para atender ribeirinhos em Macapá está parada

SÍTIO G1/AP, 05.02.2014

Embarcação teve hélice quebrada durante traslado de paciente. Semsa garantiu conserto para esta quarta-feira (5).

A única ambulancha do município de Macapá está sem funcionar desde o dia 31 de janeiro quando a hélice da embarcação quebrou durante o traslado de um paciente do distrito de Bailique até a capital. Na segunda-feira (3) um comerciante de 26 anos, vítima de golpes de faca, precisou ser transferido do Bailique para Macapá em uma embarcação sem suporte médico. Ele não resistiu e morreu durante o percurso realizado em cerca de seis horas.

"O atendimento de urgência foi realizado por médicos no Bailique. No traslado, na voadeira alugada pelo Município, o médico avaliou que dificilmente o paciente sobreviveria por causa da gravidade do golpe. Logo depois ele veio a óbito", disse o secretário municipal de Saúde, Dorinaldo Malafaia.

A família do comerciante contou que durante o transporte a vítima chegou a pedir por oxigênio, mas a embarcação não era equipada para atendimento médico. A ambulancha que está sem funcionar é estruturada para prestar os primeiros socorros, além de ser mais veloz. O secretário ratificou que o estado de saúde do paciente era grave.

"Prestamos todo o amparo médico necessário. Ele não deixou de ser assistido no distrito, mas o golpe foi quase fatal. O diagnóstico do médico que acompanhava a família dizia isso. Chegamos até a ir ao velório da vítima para prestar apoio", afirmou Malafaia.

A ambulancha de Macapá é a única no município. Ela atende ao arquipélago do Bailique, onde o acesso é somente pelo rio Amazonas. A Secretaria Municipal de Saúde (Semsa) informou que das três embarcações antes existentes no município, apenas a que está sem a hélice está disponível.

"Uma [ambulancha] teria afundado, segundo informações que nos repassaram, e a outra, devido à falta de manutenção, ficou com o motor sem condições de uso. Já a embarcação sem a hélice, deverá ser consertada ainda nesta quarta-feira [5] para ser mandada no mesmo dia ao Bailique", concluiu Malafaia.



Ribeirinhos temem elevação do nível do Rio Pindaré

SÍTIO SLZ NEWS, 05.02.2014

Famílias que moram próximas às margens do Rio Pindaré, na região central do estado, estão apreensivas com as chuvas dos últimos dias. O medo é que o nível da água suba rapidamente e os ribeirinhos sejam obrigados a sair de casa.

O nível do rio já começou a subir. Os moradores mais atentos sabem que com a elevação das águas, o risco de ficarem desalojados é uma realidade e por isso já estão se preparando para enfrentar dias difíceis.

“Se encher vamos fazer igual aos outros anos: ficar aqui. Mas, quando a enchente é muita, muitos saem”, disse a pescadora Maria Santos.

Todos os anos uma rua fica submersa. A água chega a passar de um metro de altura. Nem a elevação do assoalho das casas livra os moradores da Rua São Pedro, em Pindaré, de terem as casas invadidas pela água.

A última grande enchente do Rio Pindaré aconteceu em 2009, ano em que cerca de 90% dos ribeirinhos tiveram que deixar suas casas. De lá para cá, as cheias do rio não chegaram a causar muitos transtornos. Mesmo assim, todo começo de ano é época de preocupação para esses moradores.



Conselho de Direitos Humanos avalia situação de comunidades tradicionais

SÍTIO AGÊNCIA BRASIL, 05.02.2014

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (CDDPH-SDH) discute hoje (5) o relatório da missão que, em outubro do ano passado, constatou a precariedade da situação dos quilombos da Lapinha e da Praia e das comunidades vazanteiras de Pau de Léguas e Pau Preto, no norte de Minas Gerais. Os vazanteiros têm sua vida associada aos ciclos de enchentes, cheia e seca do Rio São Francisco.

A comissão, integrada por representantes da Defensoria Pública da União e do CDDPH, verificou denúncias de violação ao direito à alimentação adequada e à terra. Segundo o relatório, as comunidades visitadas estão com o direito de acesso ao território gravemente violado, "pois, desde os anos 60, vêm sendo expropriadas e encurraladas em pequenas áreas de seu território tradicional".

De acordo com o documento, as comunidades tradicionais "começaram a ser encurraladas nas margens e ilhas do Rio São Francisco devido à expropriação pelas grandes fazendas de criação de gado". Na década de 80, começou a ser implantado um grande projeto de irrigação na região, parceria dos governos federal e estadual, que desencadeou um novo processo de expulsão das famílias ribeirinhas.

Na década seguinte, diz o relatório, foram criados diversos parques estaduais e reservas biológicas em locais tradicionalmente ocupados pelas comunidades tradicionais, que estão sob pressão de serem realocadas. As famílias reivindicam rapidez no processo de demarcação e titulação das terras.

Segundo o defensor público federal Claudionor Leitão, violações ligadas à regularização fundiária são a questão central, já que as populações correm o risco de ser removidas da região. "Elas têm todo um modo de viver ligado ao rio. A insegurança alimentar se dá pela indefinição, pelo histórico de expropriação dessas comunidades, pela asfixia econômica que ocorre quando são confinadas a um trecho de território muito pequeno."

Além disso, como estão em unidades de preservação, os moradores têm dificuldade de desmatar áreas para plantação e querem que sejam aprovados planos de manejo para uso sustentável da terra.

Entre as reivindicações das comunidades tradicionais, destacam-se a construção de escolas com professores voltados para a temática quilombola, a distribuição de cestas básicas e o acesso à água potável, ao saneamento básico e a moradias do Programa Minha Casa, Minha Vida.

José Antônio da Silva, da comunidade Pau Preto, explicou que as 64 famílias da área querem respostas para suas demandas. "Estamos encurralados pelos parques estaduais, que foram

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

criados sem diálogo com as comunidades. Hoje querem retirar as comunidades do local. Nascemos ali e queremos viver ali. Não podemos plantar e não temos como sobreviver”, disse Silva.

O Quilombo da Lapinha tem 126 famílias, o Quilombo da Praia, cerca de 60 e a comunidade Pau de Léguas, 70.

A reunião é integrada por representantes de órgãos federais e estaduais, como os ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do Desenvolvimento Agrário e da Educação e o Instituto Estadual de Florestas.



Intolerância religiosa é tema de encontro em Salvador (BA)

SÍTIO PORTAL BRASIL, 05.02.2014

Projeto Palmares.DOC no Terreiro discute a realidade das comunidades religiosas de matriz africana de Salvador (BA)

Promover um debate sobre a realidade das comunidades religiosas de matriz africana de Salvador (BA) é a proposta do projeto Palmares.DOC no Terreiro, realizado pela Fundação Cultural Palmares (FCP), do Ministério da Cultura (MinC), por meio da Representação Regional para Bahia e Sergipe.

A atividade acontece no próximo domingo (9), no Terreiro Ilê Axé Omeleji e faz parte da programação em homenagem aos 14 anos de feitoria do Babalorixá Erivaldo da Conceição de Ogum (Odú Iká).

Durante o evento, será exibido o documentário Povo de Santo, de Manoel Passos e Wilson Militão. Em seguida, acontece um debate sobre questões como intolerância religiosa, preconceito e direitos para comunidades religiosas afro-brasileiras. Para dar continuidade à proposta, a FCP planeja visitar outras comunidades tradicionais de terreiro ao longo de 2014.

De acordo com Fábio Santana, representante da Fundação Palmares no estado, o projeto surgiu da demanda dos povos de terreiro. "Era necessário um espaço que garantisse o diálogo entre a FCP e as comunidades de terreiro. O projeto vai proporcionar debates sobre intolerância religiosa, discriminação e como essas pessoas lidam com os preconceitos", disse.

Ilê Axé Omeleji

Situado no bairro do Alto do Cabrito, em Salvador, o terreiro é uma instituição da cultura afro-brasileira que desenvolve ações culturais e educativas dentro da comunidade. Com o objetivo de homenagear o Babalorixá Erivaldo da Conceição de Ogum (Odú Iká) por seus 14 anos de feitoria, o terreiro organizou uma programação especial que terá início às 8h com um café da manhã.

Entre as demais atividades do domingo, estão programadas a performance do grupo Vozes do Engenho, almoço e roda de capoeira. A comemoração será encerrada com uma alvorada de fogos seguida de missa ecumênica.

Fonte:

Fundação Cultural Palmares



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

Chamada Pública prevê apoio à agricultura familiar
SÍTIO FOLHA DO NORDESTE, 05.02.2014

Edital prevê destinação de R\$ 15 milhões

Povos e comunidades tradicionais beneficiários em UCs (reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável, área de proteção ambiental e floresta nacional) podem participar da Chamada Pública do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) para apoio à agricultura familiar. O edital prevê a destinação de R\$ 15 milhões para fortalecimento de cooperativas e associações de produtores rurais de base familiar, formalmente constituídas, por meio de investimentos em estruturação de circuitos locais e regionais de produção, beneficiamento, processamento, armazenamento e comercialização.

O edital se destina ao fortalecimento social e econômico de organizações produtivas rurais de base familiar que operem a Política de Garantia de Preço Mínimo dos Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) ou forneçam alimentos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Serão priorizados projetos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, além de povos e comunidades tradicionais, quilombolas, indígenas e mulheres.

Os apoios serão dados em valores de até R\$ 70 mil para projetos que fortaleçam sistemas de produção orgânica ou de base agroecológica, apresentados por organizações com atuação comprovada nessas áreas, e para proponentes cujos projetos beneficiem exclusivamente mulheres, respeitado o limite máximo de R\$ 2.800 por beneficiário direto do projeto; e de até R\$ 50 mil para os demais projetos, respeitado o limite máximo de R\$ 2.000 por beneficiário direto do projeto.

Os recursos deverão ser aplicados em máquinas, móveis, material permanentes e veículos novos; construção, adequação e reparo em imóveis; equipamentos de irrigação, proteção individual e informática; embalagens, rótulos e outros materiais utilizados na etapa de comercialização; serviços técnicos especializados relacionados à atividade produtiva das organizações proponentes; e outros itens.

As inscrições poderão ser realizadas entre 17 de fevereiro e 31 de março, período em que o formulário de inscrição será disponibilizado para download no site da Conab.

TEXTO: Assessoria de Imprensa



Educação ambiental nas escolas paranaenses agora é obrigatória

SÍTIO AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DO PARANÁ, 05.02.2014

Os alunos de todas as escolas do Paraná começam o ano letivo de 2014 com uma novidade. A partir de agora, o plano pedagógico do ensino básico ao superior inclui a educação ambiental nas disciplinas. A medida é determinada pelo Decreto 9958\2014, assinado pelo governador Beto Richa no dia 23 de janeiro, e faz parte da Política Estadual de Educação Ambiental e do Sistema Estadual de Educação Ambiental.

Com isso, o tema fará parte dos currículos da educação infantil, educação especial, profissional, educação de jovens e adultos e de comunidades tradicionais.

A medida vale para escolas da rede pública e rede particular de ensino. Conforme a nova política, não será necessário criar uma disciplina específica para a educação ambiental, mas o tema deve integrar o projeto pedagógico. "A medida integra um conjunto de ações do governo estadual para garantir a conscientização e a preservação do meio ambiente", afirma o governador Beto Richa. "A educação ambiental faz parte do desenvolvimento sustentável que queremos para o Paraná", diz o Richa.

O Paraná tem 2.700 escolas na rede pública de ensino. Existem 2 mil escolas registradas na base do Sindicato das Escolas Particulares do Paraná (Sinep-PR), que abrange 211 municípios. A estimativa da Secretaria de Estado da Educação é de que, neste ano, 1 milhão de matrículas sejam registradas na educação básica e mais 200 mil na Educação de Jovens e Adultos (EJA), que encerra a primeira fase de inscrições no fim de fevereiro. As demais matrículas do EJA são feitas ao longo do ano.

O secretário estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Luiz Eduardo Cheida, afirma que a norma representa um avanço sem precedentes na formação das crianças e jovens e, principalmente, na preservação ambiental. "Só protege quem ama e só ama quem conhece. Por isso, para proteger é preciso conhecer e, neste sentido, a educação ambiental se torna a chave do desenvolvimento sustentável", enfatiza Cheida.

NA PRÁTICA - Conforme prevê a Lei Estadual de Educação Ambiental, os professores utilizarão como unidade de atuação a bacia hidrográfica em que a instituição escolar está inserida. "A ideia é que os estudantes se identifiquem com os rios e com a bacia hidrográfica onde eles vivem. Trabalhar a educação ambiental localmente é uma forma de despertar nos jovens o sentimento de pertencimento e, conseqüentemente, de cuidado com os rios e as áreas verdes existentes no seu bairro e na sua cidade", conclui diz o secretário.

A conselheira e relatora da deliberação no Conselho Estadual de Educação, professora Maria Arlete Rosa, conta que a ideia inicial é reforçar os programas de educação ambiental já existentes no estado.

CONT.



"A primeira medida, que já acontece no planejamento escolar deste primeiro semestre, será incluir a educação ambiental nas escolas a partir de programas ambientais que estão em andamento nas diversas esferas de governo", diz Maria Arlete. Segundo ela, faz parte das recomendações da Lei que as escolas deverão ser sustentável em seu espaço físico, na sua gestão democrática e na organização curricular.

Para se chegar a essas definições, o assunto foi discutido durante mais de dois anos. Foram realizados seminários regionais, com a participação do Ministério Público Estadual, chefes de núcleos de educação, técnicos da área ambiental, professores e sociedade civil.

GESTÃO - A Lei sancionada pelo governador Beto Richa prevê a criação de um órgão gestor para coordenar a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental no Paraná. Ele é formado por representantes das Secretarias Estaduais do Meio Ambiente, Educação, Saúde, Agricultura e Abastecimento, e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Foi instituída também a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental, que terá a finalidade de elaborar e promover as diretrizes para apoiar, acompanhar, apreciar e criar metodologias de avaliação da implantação da Política de Educação Ambiental.

A comissão será coordenada por um integrante da Secretaria do Meio Ambiente. Ainda integrarão a comissão dois representantes de cada bacia hidrográfica do estado, de forma que pelo menos um representante seja da sociedade civil.

De acordo com o coordenador de educação ambiental da Secretaria do Meio Ambiente, Paulo Roberto Castella, a Política Estadual de Educação Ambiental do Paraná foi criada em conformidade com a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), sancionada em 1999, e com o Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ: DOIS ANOS ANTES DA LEI (Box)

A diretora-geral do Colégio Estadual do Paraná, Laureci Schmitz Rauth, diz que a Política Estadual de Educação Ambiental traz a garantia de que o tema será trabalhado de forma adequada nas instituições de ensino. "Os professores de forma geral já buscam trazer temáticas ambientais para a sala de aula na contextualização de suas disciplinas. Mas muitas vezes o assunto fica apenas a nível de projeto, pois é muito vulnerável. A partir de agora, que se tornou política pública, será trabalhado de forma mais planejada e estratégica", afirma Laureci.

A diretora acredita que a nova política vai estimular novos investimentos na área: "Ao institucionalizar a inclusão da educação ambiental nas nossas propostas pedagógicas, asseguramos formação para os professores, materiais didáticos e atividades de campo direcionadas, ou seja, mais condições de forma geral", completa.

O Colégio Estadual do Paraná implantou a educação ambiental em seu plano pedagógico dois anos antes da aprovação da lei, com o projeto "CEP Sustentável". A Secretaria Estadual do

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

Meio Ambiente e Recursos Hídricos é parceira na iniciativa. Por meio do seu programa de residência técnica, ajudou a construir o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do colégio, que trouxe um diagnóstico e uma estimativa do lixo gerado pela comunidade escolar.

"O plano, que será apresentado durante a semana pedagógica do colégio, orienta a separação adequada, acondicionamento, coleta, tratamento e disposição final dos resíduos sólidos, inclusive os resíduos ligados às obras de restauração da estrutura física que estão sendo feitas", explica o coordenador do programa de residência técnica, Vinício Bruni.

Durante o levantamento de dados, a equipe do programa de residência técnica contabilizou 219 lixeiras no colégio e a geração de 3,9 quilos de lixo por mês. O Colégio Estadual do Paraná tem 450 funcionários, um corpo docente de 375 professores e 7,1 mil alunos.

Saiba mais sobre o trabalho do Governo do Estado em:

www.pr.gov.br e www.facebook.com/governopr



Diamante do Oeste cria Divisão de Cultura Indígena

SÍTIO O PARANÁ, 06.02.2014

Com objetivo de elaborar políticas públicas às comunidades tradicionais, o município de Diamante do Oeste criou a Divisão da Cultura Indígena. Com status de diretoria e subordinada ao gabinete do prefeito Renato Pereira, o departamento foi instituído por meio de aprovação de lei nas últimas sessões legislativas de 2013.

Segundo Renato Pereira, o município de Diamante do Oeste é pioneiro na ação, uma vez que não existem no Paraná prefeituras que tenham criado secretarias ou diretorias específicas para tratar da temática indígena. Nem mesmo em Nova Laranjeiras, município que conta com a maior reserva indígena do Estado, há experiência similar.

O prefeito estuda ainda a possibilidade de implantar a estrutura da divisão na própria comunidade indígena. "A criação deste departamento é um compromisso de nossa campanha em virtude do município ter duas aldeias com áreas demarcadas. Já a nomeação do Adriano é resultado de seu esforço e mérito da comunidade dos guarani que estão cada vez mais buscando sua organização", afirma.

Em Diamante do Oeste existem cerca de 170 famílias da etnia Guarani divididas em duas aldeias (Tekoha Añetete e Itamarã). Segundo levantamento da Secretaria Especial de Assuntos Fundiários, a região está entre as áreas do Paraná em situação de vulnerabilidade social, com as famílias abaixo da linha da pobreza.

A chefia da divisão será de responsabilidade de um indígena, o guarani Adriano Rokenju Chamorro, que foi empossado durante a semana pelo prefeito Renato. O indígena falou de sua expectativa com a criação da divisão e de sua responsabilidade. "Nosso objeto é buscar as melhorias para as aldeias, em especial em questões de saúde, agricultura e melhorias das estradas", diz o guarani.

Chamorro relata que as aldeias necessitam de uma estrutura de um posto de saúde e ainda traça como objetivo para uma das aldeias a busca de recursos por meio dos royalties da Itaipu Binacional, uma vez que apenas uma das aldeias obtém repasses da compensação financeira.



Cheia do Rio Acre: ribeirinhos antecipam colheita para reduzir perdas

SÍTIO PÁGINA 20, 06.02.2014

A enchente do Rio Acre levou os produtores rurais de Rio Branco a antecipar em pelo menos dois meses a colheita da macaxeira. Os principais pólos de produção estão localizados na calha do Rio Acre, especialmente as comunidades localizadas a jusante do manancial, sentido Rio Branco-Porto Acre, onde muitos ribeirinhos estão mobilizando familiares e amigos em grandes adjuntos para apressar a colheita e o preparo de subprodutos –goma, farinha e tucupi. Em geral, as perdas são de 60% do que seria produzido e faturado nesta safra.

Foi dessa forma, com os adjuntos, que o agricultor Antônio Marcos, um dos donos da Colônia Paraíso, na comunidade Liberdade, vem conseguindo aproveitar ao menos parte do que plantou no ano passado. “Se a água chegar aqui o prejuízo é de R\$ 20 mil”, disse ele apontando para o roçado ao lado da bela casa que construiu com a renda da produção de goma e farinha. “Só ia ficar boa daqui a dois meses”, declarou o irmão de Antonio Marcos, Francisco Airton, que corre contra o tempo para não perder tudo: a macaxeira, sob o aguaceiro, não leva nem três dias para apodrecer.

Marcos faz parte da grande família de Ezequiel, que tem dezesseis, todos vivendo e trabalhando no Liberdade e comunidades próximas. Juntos, plantam cerca de 80 hectares de roça e se configuram nos mais fortes produtores de subprodutos da macaxeira do município de Rio Branco. Como conhecem como ninguém o regime de águas do Rio Acre, fazem o plantio escalonado. A roça mais velha está sempre nas terras baixas e é a primeira a ser colhida em caso de transbordamentos. As chuvas que caem desde novembro estão em volume maior que o esperado para o período, que antecipou ainda mais a retirada da produção. “Está verde e macaxeira verde não dá boa farinha”, observou Francisco Souza, morador do Catuaba. Filho de outro grande produtor, Seu Belo, Francisco teve de enfrentar um charco d’água para colher o legume. “Perdi praticamente a metade do que poderia ganhar se não fosse a enchente”, completou ele, temendo que a água do rio volte a subir e tomar conta de suas terras. “Aqui é muito baixo, alaga fácil.”

Cheia destrói cultivos de quiabo, pimenta-de-cheiro e macaxeira

A situação não chega aos níveis de 2012, quando a alagação causou prejuízos de mais de R\$12 milhões no campo, mas a antecipação da colheita é por si só um estrago dos mais sérios. E mais: de acordo com diagnósticos realizados nas comunidades do Belo Jardim pelas secretarias de Agricultura e Floresta de Rio Branco (Safra) e de Articulação Comunitária e Social (Semacs), uma casa foi alagada no Ramal da Cigana e os moradores tiveram de se abrigar em casa de parentes; a ponte sobre o Igarapé Liberdade está submersa e a ligação entre a vila do Belo Jardim e o Ramal Belo Jardim está comprometida. Os danos à estrutura da ponte não foram avaliados.

O diagnóstico observou que doze famílias do Catuaba, três do Liberdade e duas da Extrema acumulam prejuízos com as chuvas. Estão destruídos integral ou parcialmente cultivos de pimenta de cheiro, quiabo e macaxeira. “Diante das dificuldades os moradores estão sendo



solidários, prova disso é que estão trabalhando em regime de mutirão para transformar a mandioca retirada das áreas alagadas em farinha e goma, reduzindo assim os prejuízos”, diz o relatório assinado pela Safra e Semacs.

Mecanização sem custo e água potável

Realizado consecutivamente há cinco anos, o programa municipal de mecanização das terras colaborou de modo decisivo na redução dos prejuízos decorrentes das cheias a jusante do rio Acre. A mecanização soma-se ao regime de águas na fertilização das terras baixas, diz a Safra, amainando sobremaneira os prejuízos. A terra preparada com o uso de máquinas e naturalmente fertilizada pelos resíduos deixados no solo na oscilação das águas triplicou a produção nessas condições, um alívio para quem anos passados penava meses com as perdas da alagação.

A Safra planeja garantir que os produtores afetados pela enchente não tenham despesas com a próxima mecanização e que recebam a assistência necessária para superar possíveis dificuldades do período. A princípio, o fornecimento de água potável, já que muitos poços foram tomados pela alagação, é a medida mais prioritária. “Vamos identificar os produtores que mais precisam e prestar o apoio a eles”, disse Heliton Silva, coordenadora da regional Segundo Distrito Rural da Semacs. “Esta é a nossa parceria, a que sempre tivemos, com os produtores de Rio Branco. É uma forma de ajudar essas famílias neste momento difícil”, completou Jorge Rebolças, diretor da Safra.

Assessoria PMRB

Índios aguardam presença da presidente da Funai para resolver conflitos de Belo Monte

SÍTIO ISA, 06.02.2014

Reunião entre indígenas, presidente da Funai e representantes do governo federal e da Norte Energia foi marcada para dia 14 de fevereiro, em Altamira(PA)



Cerca de 50 indígenas, de seis etnias, ocuparam da manhã da última segunda-feira (3/2) até a tarde desta quarta-feira (5/2) o escritório administrativo da Norte Energia, empresa responsável pela construção da usina de Belo Monte. "Nós viemos cobrar os planos de proteção, construção de escolas, postos de saúde, compra de geradores e torres de telefonia" explica Kwazady, cacique da aldeia Tucamã, TI Xipaya. Os indígenas desocuparam o prédio depois de agendar uma audiência pública para discutir com o governo e a empresa diversos compromissos atrasados e não cumpridos com relação aos povos indígenas da região.

Segundo Kwazady, a presidente da Funai, Maria Augusta Assirati, enviou uma carta, assumindo o compromisso de estar presente na audiência. No final da tarde de ontem, representantes da Casa do Governo, em Altamira, receberam um documento com 10 reivindicações dos indígenas. A audiência para discutir as pautas está marcada para o próximo dia 14. (leia a carta de reivindicações dos índios - carta página 1 e carta página 2)

A desocupação do prédio foi mediada por representantes da Casa do Governo. O órgão irá solicitar a presença do Ibama, ICMBio, Ministério Público Federal, Ministério da Justiça e Norte Energia para a discussão do Plano Operativo, como é chamado o plano de execução das obras socioambientais relacionadas aos povos atingidos por Belo Monte.

Ontem, por telefone, Kwazady contou que tinha em mãos o acordo firmado com a Norte Energia durante ocupação do canteiro de outubro de 2012. O documento é resultado de uma reunião de conciliação judicial determinada pela Justiça Federal de Altamira, depois de 10 dias de ocupação nos canteiros de obras por indígenas, ribeirinhos, pescadores e agricultores. Segundo Kwazady, a empresa assinou um compromisso prevendo ações como a construção de postos de saúde, escolas, torres de telefonia, postos de vigilância contra invasores das Terras Indígenas e a realização de manutenção em equipamentos como os geradores de energia elétrica existentes nas aldeias.

CONT.



30 dias que se transformaram em 300

Em janeiro de 2013, o Ministério Público Federal ingressou com ação judicial contra a Norte Energia, alegando que a empresa não cumpriu o acordo firmado com os índios durante a ocupação. O juiz federal de Altamira determinou que a empresa teria 30 dias para comprovar que cumpriu o acordo, sob pena de multa de R\$ 500 mil por dia. Uma longa batalha processual transformou 30 dias em mais de 365. Um recurso da Norte Energia foi recentemente negado pelo Tribunal Regional Federal. Desde janeiro deste ano, quase um ano depois da ação do MPF, chegou à mesa do juiz federal de Altamira a decisão de multar ou não a empresa.

Cansados de esperar, os índios ocuparam o prédio administrativo da empresa, para exigir o cumprimento do acordo judicial.

A Norte Energia já solicitou a reintegração de posse e segundo sua assessoria de imprensa, a negociação com os indígenas é intermediada por membros da Casa Civil e a empresa não tem nenhuma nota oficial sobre o assunto.

Os índios têm pressa

De acordo com o cronograma da empresa, a última licença ambiental da obra, a Licença de Operação, pode ser emitida no segundo semestre deste ano, permitindo que o Rio Xingu seja barrado definitivamente. Isso levanta preocupações da população atingida, já que depois da emissão dessa licença, a empresa terá concluído a parte mais importante da obra.

Os índios também reclamam sobre a maneira como agem os técnicos contratados para executar o programa de atividades produtivas. "Um monte de técnicos chegam lá, distribuem umas ferramentas e vão embora". O programa começou a ser executado com quase dois anos de atraso e diz respeito a ações de apoio à produção e comercialização de produtos tradicionais nas aldeias. A falta de um cronograma definido e previamente comunicado pela Funai às comunidades também é queixa dos manifestantes.

A advogada Biviany Rojas, do ISA, acompanha o processo de licenciamento da usina e afirma que desde o início da construção, em 2011, os indígenas da região foram obrigados a suportar os impactos da instalação sem nenhuma medida de mitigação implementada. "O atraso favoreceu um contexto de cooptação de lideranças atrasando a implementação do 'Plano Emergencial'.

Prolongadas negociações em torno de uma lista de compras e fornecimento de alimentação, sem nenhum projeto estruturante definido manteve as principais lideranças indígenas e suas famílias retidas longos períodos na cidade, enquanto serviços básicos de assistência não eram implementados nas aldeias, comprometendo a saúde e a sanidade social e política desses povos, avalia a advogada.

Outras reivindicações

No caso da etnia Parakanã, o processo de identificação e desintrusão dos ocupantes não indígenas da Terra Indígena (TI) Apyterewa teve início em 2011, e 140 ocupações não



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

indígenas identificadas como de boa-fé foram indenizadas. O problema é que o processo não foi concluído e os Parakanã denunciam a paralisação das ações de desocupação de suas terras e o agravamento do processo de invasão por não indígenas. Eles já estiveram em Brasília em junho para uma conversa com a presidência da Funai sobre a desintrusão da TI Apyterewa (saiba mais).



Violência em áreas indígenas SÍTIO FONTE BRASIL, 06.02.2014

Questões relacionadas a violência em comunidades indígenas, na maioria das vezes causadas por causa do uso excessivo de bebidas alcoólicas e outras drogas, foram discutidas durante toda a tarde desta quarta-feira, 05, na Sala de Reuniões da Secretaria de Segurança Pública (SESP), por integrantes do Gabinete de Gestão Integrada (GGI). Foi decidido pela criação de um grupo de trabalho que vai elaborar uma proposta de ação com foco na prevenção e repressão de crimes nas áreas indígenas.

A reunião foi proposta pelo vice-prefeito de Pacaraima, Jonas Marcolino, que também é tuxaua da Comunidade do Contão.

Foi presidida pelo secretário de Segurança Pública, Francisco Sá Cavalcante e contou com a presença do Procurador da Justiça Federal, Gustavo Kenner de Alcântara, do superintendente da Polícia Federal em exercício, Alan Robson, da prefeita de Bonfim, Lisete Spies, da delegada geral adjunta, Eliane Gonçalves e uma equipe de diretores da Polícia Civil, do subcomandante da PM, coronel Amaro Júnior, do coordenador da Câmara Temática de Fronteira, Major Miguel Arcanjo Neto, do Interlocutor do GGI junto a Secretaria Nacional de Segurança Pública, Jimmy Santana e do Inspetor chefe em exercício da Polícia Rodoviária Federal, Guilherme Colares.

Em abril de 2013, a Câmara Temática de Segurança na Fronteira do GGI, percorreu cinco municípios com o objetivo de ouvir a comunidade e reunir com os prefeitos, vereadores e autoridades dos municípios em área de fronteira sobre a segurança pública.

O vice-prefeito de Pacaraima, Jonas Marcolino, na oportunidade apresentou sua preocupação em relação a violência nas comunidades indígenas e, também, a necessidade de uma política pública voltada para atendê-los, por causa do uso exagerado de bebidas alcoólicas.

O vice-prefeito voltou relatar questões de conflitos entre os índios por causa do excesso de bebida alcoólica e também por problemas com drogas.

GRUPO DE TRABALHO

Foi proposto pela Secretaria de Segurança Pública a criação de um grupo de trabalho para elaborar propostas de ações com foco na prevenção e repressão de crimes nas áreas indígenas e, também na elaboração da matriz de cursos na área da prevenção, voltado aos indígenas e que venham formar multiplicadores.

Jonas Marcolino avaliou a reunião como positiva, considerando a participação de várias instituições como o Ministério Público Federal e Polícia Federal.

"O que mais vai evoluir é a criação do GGI municipal. o excesso de bebida alcoólica nas

CONT.



comunidades indígenas é uma problemática antiga, mas não podemos deixar que perdue no tempo e se fortaleça e, por isso é preciso combater. O nosso objetivo é combater não só a bebida alcoólica, como também outras drogas, exatamente visando a liberdade dos povos indígenas no sentido de que eles livres dessas drogas, venham galgar outros degraus nas escalas do conhecimento em graduação nas universidades, nas faculdades e envolvidos com isso eles dificilmente vão chegar lá", alertou.

O procurador de Justiça Federal, Gustavo Alcântara apontou que o grande avanço da reunião é de que a partir desse grupo de trabalho será possível estabelecer iniciativas de um programa curricular adaptado a questões específicas de crimes em áreas indígenas para Polícia Militar e Polícia Civil.

"No dia 24 de fevereiro será realizada a primeira reunião com esse grupo de trabalho com o objetivo de estabelecer essa iniciativa com a grade curricular desse curso. A questão da bebida alcoólica a princípio deve ser tratada como uma questão de saúde pública, e só com uma análise de saúde pública, levada como iniciativa séria é possível amenizar o problema de uma forma bastante significativa", disse.

A delegada Geral adjunta enfatizou a importância da atuação das Polícias dentro das comunidades indígenas, para coibir o avanço da criminalidade. Ela citou a imposição de que a PM e a Civil, por causa da demarcação, não poderiam entrar nessas áreas.

"Como agora está pacificado queremos agir mais energeticamente. A Polícia Civil já vem agindo diante dos crimes que são de nossa competência e que ocorrem nessas áreas. A reunião serviu para marcar uma data e assim discutir e resolver problemas que antes não conseguíamos resolver. Vamos reunir com os tuxauas, com essas comunidades para desenvolver um trabalho integrado e que a comunidade nos receba e colabore com a Polícia Civil para que tenhamos sucesso no combate a criminalidade", disse.

O secretário de Segurança Pública, Francisco Sá Cavalcante apontou que a violência em áreas indígenas por questões ligadas ao álcool e outras drogas é um problema antigo, não somente em Roraima e ocorre em toda a região amazônica, onde existem comunidades indígenas.

"Inicialmente existia uma recomendação do MPF para a PM e Civil não interferirem na questão de segurança pública em áreas indígenas. Com isso a Polícia Federal, não tendo efetivo suficiente, não atendia essas demandas nessas comunidades, que por sua vez ficaram desassistidas na questão de segurança pública. Aí vem a bebida alcoólica a droga, a violência, tumultos que acontecem nas comunidades", disse.

Sem o apoio do poder público, em algumas comunidades, segundo o secretário de Segurança, os indígenas criaram umas espécies de "milícias" para cuidar dessas questões nas suas comunidades.

Sá Cavalcante destacou que o tuxaua do Contão o procurou no ano passado e relatou problemas que vinham sofrendo e pedindo o apoio do Sistema de Segurança Pública.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 23./ 2014

Brasília, 06 de fevereiro de 2014.

"Nós fizemos várias reuniões, mas pela primeira vez conseguimos agendar com o MPF e PF. Avançou bastante e como ponto positivo vai ser criado um grupo de trabalho para apresentar sugestões de como deve se resolver essas questões de segurança em comunidades indígenas e, já com a presença da Funai vamos apresentar sugestões. Acreditamos que vamos encontrar soluções ou pelo menos uma maneira do poder público está mais presente nas comunidades indígenas", concluiu.



Câmara Federal votará projeto que isenta de impostos territórios quilombolas

SÍTIO BLOG JORGE VIEIRA, 06.02.2014

A Câmara dos Deputados votará em março a isenção do imposto rural cobrado dos quilombolas, conforme se comprometeu hoje (5/2) o presidente da instituição, Henrique Alves, em atenção a pedido feito pelo deputado federal Domingos Dutra (SDD/MA).

“Comprometo-me a dar prioridade a esse projeto que será colocado como emergencial porque é uma pauta positiva para casa”, afirmou Alves ao parlamentar maranhense durante reunião em que participou a ministra da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, para discutir melhorias nos projetos de lei (PL) para negros.

“Fico feliz pelo compromisso do presidente Henrique Alves de colocar na pauta de votação da Câmara dos Deputados o PL 2853/2008 de minha autoria, uma vez que os poucos territórios correm o risco de serem incorporados pelo estado através da cobrança abusiva deste imposto”, disse Dutra.

A solicitação do representante do Maranhão tem a ver com o projeto criado por ele em 2008 para isentar os quilombolas do pagamento do Imposto Territorial Rural (ITR) considerado, a se ver, abusivo e desrespeitoso.



Obra da Escola Pajé Miguel Selestino será concluída até julho

SÍTIO TRIBUNA DO AGRESTE, 06.02.2014

Garantia foi repassada durante reunião envolvendo vários órgãos; indígenas iniciaram desocupação da sede da Secretaria de Educação e expediente da pasta será normalizado na manhã desta quinta-feira

A reforma e ampliação da Escola Pajé Miguel Selestino na aldeia Xucuru Kariri, em Palmeira dos Índios, será concluída até o mês de julho. A garantia foi repassada durante reunião na Secretaria de Estado da Educação e do Esporte (SEE), nesta quarta-feira (5), que discutiu pauta de reivindicações da comunidade e contou com a participação de diversos órgãos.

Após a conclusão da reunião, os indígenas iniciaram a desocupação do prédio do gabinete da SEE, que, a partir de quinta-feira (6) terá seu expediente retomado.

Na ocasião, com o intuito de agilizar a obra, foi acordado que a ordem de serviço para o início dos trabalhos será assinada em um prazo de dez dias úteis. A escola, que oferta do 1º ao 9º anos do Ensino Fundamental conta atualmente com 153 alunos.

Em relação à parte administrativa, a secretaria também se comprometeu em encaminhar professores e pessoal de apoio à unidade, bem como entregar certidão que comprove a contribuição previdenciária dos professores monitores da aldeia para a regularização da situação dos mesmos junto ao INSS. Esta certidão seria entregue em um prazo de 72 horas em casos emergenciais e, no máximo, 60 dias para os demais casos.

Outra pauta discutida foi a possibilidade de realização de um concurso específico para a contratação de professores e servidores de apoio para as escolas indígenas de Alagoas, ação, que, inicialmente, precisa ser precedida pela criação de um projeto de lei.

Ainda na esfera administrativa, a Secretaria assegurou a abertura de diálogo para proposição da criação de um núcleo ou setor dentro da pasta que fortaleça o atendimento da educação indígena. A comunidade também solicitou a presença de representantes indígenas no Conselho Estadual de Educação.

Avaliação

A secretária de Estado da Educação, Josicleide Moura, afirmou que as reivindicações apresentadas pela comunidade são legítimas e que o desfecho da reunião reforça a parceria da pasta junto às comunidades indígenas em prol de uma educação de qualidade.

“Antes mesmo desta reunião que promovemos hoje, já havíamos travado diálogo em quatro
CONT.



ocasiões diferentes para tratar destas demandas. A reunião teve o desfecho esperado, pois intensificamos esta parceria e formalizamos prazos e compromissos junto à comunidade”, declarou a secretária.

A procuradora geral da República em Arapiraca, Polireda Medeiros, também avaliou o encontro positivamente. “Abrimos um diálogo entre o MPF e o Poder Executivo e saímos desta reunião com vários encaminhamentos para solucionar os problemas enfrentados pela população”, observou.

Também participaram da reunião o coordenador regional da Fundação Nacional do Índio (Funai), Frederico Vieira; o procurador estadual Ricardo Méro, representante da Procuradoria Geral do Estado (PGE); os deputados estaduais Judson Cabral, Ronaldo Medeiros e Jota Cavalcante, que compõem a comissão de Educação da Assembleia Legislativa de Alagoas; o antropólogo Ivan Soares, do MPF, lideranças indígenas e professores da comunidade Xucuru Kariri.



MPF obtém liminar que obriga a Funai a não discriminar indígenas não-aldeados
SÍTIO AMAZÔNIA.ORG, 06.02.2014

Justiça Federal determinou que Funai emita certidões para indígenas que moram em áreas ainda não demarcadas ou em cidades

O Ministério Público Federal MPF obteve na Justiça Federal uma decisão liminar que obriga a Fundação Nacional do Índio (Funai) a não discriminar indígenas que não moram em aldeias. Os indígenas reclamaram ao MPF que havia negligência da Funai no atendimento aos que pleiteavam auxílio-maternidade e aposentadoria por idade.

Na ação civil pública, o MPF apontou que a Funai recusava-se a emitir a certidão de exercício de atividade especial para fins de prova da condição de segurado especial junto ao INSS. O motivo da recusa era o entendimento de que a certidão não poderia ser expedida para indígenas residentes na cidade ou em áreas rurais não demarcadas como terra indígena (sítios, seringais, terrenos de marinha, etc.). A Justiça Federal decidiu favoravelmente ao MPF e deu prazo de 30 dias para a Funai adequar sua organização administrativa para cumprir as seguintes determinações: realizar as diligências necessárias para emissão de certidão de exercício de atividade rural; fornecer certidões aos indígenas que comprovadamente exerçam atividade rural, de acordo com o modelo exigido pelo INSS; e, no caso de negar a emissão da certidão, elaborar parecer conclusivo explicando as razões. Caso não cumpra a decisão liminar, a Funai poderá ser multada em cinco mil reais por dia.

Beneficiário especial

Em 2010, o INSS publicou uma instrução normativa na qual estabeleceu que “enquadra-se como segurado especial o índio reconhecido pela Funai, inclusive o artesão que utilize matéria-prima proveniente de extrativismo vegetal, independentemente do local onde resida ou exerça suas atividades, sendo irrelevante a definição de indígena aldeado, indígena não-aldeado, índio em vias de integração, índio isolado ou índio integrado, desde que exerça a atividade rural em regime de economia familiar e faça dessas atividades o principal meio de vida e de sustento”.

Mesmo assim, a Funai negava a certidão aos indígenas, sem que fosse realizada qualquer diligência para verificar se o indígena exercia ou não atividades que o caracterizariam como beneficiário especial, ou seja, para verificar se o meio de vida principal era a atividade artesanal em regime de economia familiar usando o extrativismo vegetal ou outros. Quando havia a emissão da certidão, a Funai fazia em desacordo com o modelo estabelecido na instrução normativa do INSS. Por causa disto, o pedido de benefício era negado ao indígena.

Fonte: MPF – Ministério Público Federal



Corpos de desaparecidos no Sul do Amazonas começam a ser velados

SÍTIO G1, 06.02.2014

Enterros serão realizados nesta quinta (6) em Humaitá, Apuí e Manaus. Desaparecidos foram encontrados mortos próximo de reserva Tenharim.

Os corpos dos 3 homens que foram encontrados mortos após terem desaparecido em dezembro na rodovia Transamazônica (BR-230), próximo da reserva dos índios Tenharim, no Sul do Amazonas, começaram a chegar até as cidades onde serão enterrados, nesta quinta-feira (6). Os enterros serão realizados na capital e nos municípios de Humaitá e Apuí.

O corpo do comerciante Luciano Freire começou a ser velado na casa da irmã, em Porto Velho (RO), na tarde desta quarta-feira (5), sendo levado em seguida para o município de Humaitá, onde será enterrado.

Já o corpo do professor Stef Pinheiro foi encaminhado para o município de Apuí, distante 408 km de Manaus, onde ele morava e será enterrado. A chegada estava prevista para o fim da noite desta quarta-feira. O velório acontecerá em uma igreja evangélica e o enterro está marcado para as 10h desta quinta.

A última vítima, Aldeney Ribeiro começou a ser velado em Porto Velho, e teve o corpo levado para Manaus, onde o velório continuou em uma igreja evangélica. Na cerimônia, colegas da empresa na qual ele trabalhava estiveram presentes, além de amigos e familiares. O enterro acontecerá nesta quinta, às 10h, no cemitério Parque Tarumã, Zona Oeste de Manaus.

Prisões

Os cinco indígenas da etnia Tenharim foram presos na quinta-feira (30), durante uma operação que teve participação de 400 homens da PF, Exército, Força Nacional e Polícia Rodoviária Federal (PRF). Eles foram encaminhados à Penitenciária de Médio Porte (Pandinha) em Porto Velho e dividem uma cela.

As investigações percorreram aproximadamente 250 hectares e peças do veículo usado pelos desaparecidos foram encontradas dentro da terra indígena. Além disso, foram usados cães farejadores, testemunhas indígenas e não-indígenas foram ouvidas e perícias técnicas foram realizadas nas peças encontradas.

Conflito na região

O desaparecimento dos três homens gerou revolta na população dos municípios de Humaitá, Apuí e no distrito de Santo Antônio do Matupi.

Moradores dos municípios de Apuí e Humaitá promoveram diversos protestos no dia 25 de dezembro do ano passado para cobrar agilidade da PF-RO nas buscas pelos desaparecidos. Os

CONT.



manifestantes chegaram a atear fogo em carros, barcos e nas sedes da Fundação Nacional do Índio (Funai) e antigas instalações da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em Humaitá. No dia seguinte, policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Amazonas seguiram para o município.

Após os ataques, 143 indígenas foram abrigados no 54º Batalhão de Infantaria de Selva (BIS), em Humaitá. A Justiça atendeu ação do Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) e os índios retornaram às aldeias seis dias depois com a escolta do Exército.

Apesar do reforço policial, o Sul do estado continuou registrando conflitos. Um grupo de madeireiros e fazendeiros ateou fogo em casas localizadas em uma aldeia indígena situada na área do município de Manicoré .

A região recebeu mais reforço da Polícia Federal e homens da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP) auxiliaram nas ações de segurança pública desencadeadas no Amazonas no mesmo período. O Exército e Polícia Rodoviária Federal (PRF) também apoiam as ações na região. Cerca de 500 homens atuam nas operações.

No dia 3 de janeiro, equipes dos órgãos de segurança que participam das buscas pelos homens encontraram vestígios de um veículo incendiado, segundo nota divulgada pela Polícia Federal em Rondônia . Nenhum dos desaparecidos foi encontrado. As peças encontradas ainda passam por análise para confirmar se são do mesmo veículo dos desaparecidos.

Os moradores reclamam ainda da cobrança de pedágio feita pelos índios em um trecho da Transamazônica. Os Tenharim suspenderam a cobrança. Entretanto, a divulgação de que eles estão planejando retornar com a taxa a partir de fevereiro motivou novos protestos. Moradores de Humaitá iniciaram a coleta de assinaturas para pedir que a prática seja totalmente abolida.

Após uma negociação entre os indígenas e representantes da Secretaria-Geral da Presidência da República, ficou definido que a cobrança de pedágio continuará suspensa até que as políticas públicas solicitadas ao governo federal sejam analisadas.



Tetila afirma que faltam poucos ajustes para concluir negociação de terras indígenas
SÍTIO FATO NEWS, 06.02.2014

O deputado acredita que o valor das indenizações será concluído na próxima reunião entre produtores e governo federal.

O deputado estadual Laerte Tetila (PT) destacou que o processo de pacificação no campo e a negociação entre o governo federal, produtores rurais e indígenas avançaram nas últimas semanas com a apresentação de propostas e contrapropostas sobre o valor final para a compra de terras e indenização sobre benfeitorias. Na opinião do parlamentar, o bom senso vai ser determinante para os grupos definirem o valor para a aquisição das áreas reivindicadas pelas famílias indígenas.

“O governo federal já ofereceu R\$ 78 milhões pelas 31 propriedades e os produtores pediram R\$ 97,5 milhões. A diferença é cada vez menor e os dois lados devem encontrar consenso na próxima rodada de negociações. Resolvida essa questão na região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, outras áreas deverão entrar no mesmo processo para que as famílias possam voltar para a terra indígena do Buriti”, ressalta o deputado Tetila.

O parlamentar avalia que a compra das terras deverá ser realizada mediante destinação de recursos do FEPATI – Fundo Estadual Para Aquisição de Terras Indígenas, proposto por Tetila e aprovado pela Assembleia Legislativa. Cerca de R\$ 200 milhões foram empenhados pelo governo federal e o montante deverá ser utilizado para a negociação de áreas, especialmente na região centro-sul do Estado. “São regiões onde os conflitos entre indígenas e proprietários rurais se estendem há décadas. Na Justiça existem verdadeiras batalhas judiciais em tramitação há 30 anos. Os dois lados tem plenitude de direito, então é necessário negociar o valor de indenização, um grande investimento que vai promover a paz no campo e a retomada do crescimento da produção no Mato Grosso do Sul”, compara o deputado.

Tetila analisa que com o processo de pacificação no campo concluído, o PIB do Mato Grosso do Sul deverá aumentar em R\$ 5 bilhões nos próximos quatro anos. “Somente com a sinalização da aquisição das terras, os outros produtores já viram a possibilidade de terem segurança jurídica e iniciaram os investimentos para cuidados com o solo e preparação para uma nova safra. Uma vez instaurada a paz no campo, vamos ter uma nova fase na economia e no agronegócio do Estado”, conclui o deputado estadual Laerte Tetila.

Fonte: Assessoria



Programa do Governo levará jovens negros e indígenas para estudarem em universidades no exterior

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 06.02.2014

O Governo federal lançou em janeiro o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento. Segundo portaria publicada pelo Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União, o objetivo da iniciativa é proporcionar a formação e capacitação de estudantes negros, pardos, indígenas e estudantes com deficiência para estudar no Brasil e no exterior em instituições de excelência em educação profissional e tecnológica e centros de pesquisa. A ação beneficiará ainda estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, com elevada qualificação em universidades.

Para a Diretora de Programas da SEPPIR, Mônica Oliveira, o Programa Acadêmico Abdias Nascimento é importante iniciativa do Governo e uma conquista para o Movimento Negro (MN), que o reivindicou diretamente à presidenta Dilma Rousseff, durante reunião no Palácio do Planalto, em julho do ano passado. Cerca de vinte representantes dos diversos segmentos do MN participaram do encontro, que contou com a presença da Ministra Luiza Bairros (Igualdade Racial), do ministro Gilberto Carvalho (Secretaria Geral), órgãos da Presidência da República, e do então ministro da Educação, Aloizio Mercadante, entre outros membros do governo.

Segundo ressaltou na ocasião Ana Flávia Magalhães Pinto, do Coletivo Pretas Candangas e da Campanha a Cor da Marcha, as diretrizes para a criação do programa estavam na carta protocolada no Palácio do Planalto pelo Movimento Negro. No documento, o movimento pedia a criação de cotas em programas de bolsas para estudantes negros na graduação e na pós-graduação e o estabelecimento de uma ação afirmativa pelo fortalecimento da inserção de estudantes no Ciência Sem Fronteiras.

Diálogo

Na semana seguinte à reunião com Dilma, seguiram-se outros dois encontros de trabalho, envolvendo representantes do MEC, MN e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Na ocasião, a titular da Secadi – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do MEC, Macaé Evaristo, entre outros técnicos da pasta, apresentaram iniciativas para o ensino técnico; ações afirmativas do governo, como o Programa Universidade para Todos (ProUni); e a política de cotas nas universidades públicas. Também foi discutida a implementação da Lei nº 10.639/2003, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, tornando obrigatório o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas de todo o país.

A terceira reunião aconteceu nos dias 28 e 29 de agosto com uma extensa pauta e grande concorrência de participantes do governo, MN e comunidade internacional. Entre os temas levados às mesas de discussão estavam a adoção do Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento, em que parte das bolsas de estudo previstas no acordo de cooperação será oferecida pelo programa Ciência sem Fronteiras.

CONT.



Intercâmbio

De acordo com o MEC, são 105 faculdades e universidades historicamente negras nos Estados Unidos (EUA) – Historically Black Colleges and Universities – HBCUs – que vieram ao Brasil para uma visita de dez dias a universidades e escolas técnicas brasileiras em busca de acordos de intercâmbio acadêmico.

Nesse sentido, David Raimundo Santos, da Educafro – Educação para Afro-descendentes e Carentes, o Frei Davi, falou sobre a importância da reunião com a presidenta Dilma e o fato de o MEC ter recebido e se reunido com o MN, indicando que os outros ministérios necessitam também receber a representação do movimento negro.

As HBCUs receberam aproximadamente 500 alunos/as brasileiros no ano passado para estudarem durante um ano nos EUA. O Chefe da comitiva e diretor da Casa Branca para Faculdades e Universidades Historicamente Negras, Meldon Hollis, explicou que a meta do acordo é levar cerca de mil alunos/as este ano para estudar nas HBCUs pelo programa Ciência sem Fronteiras, além de expandir acordos bilaterais entre as universidades dos dois países.

O Programa

O Programa Abdias Nascimento é complementar às atividades de cooperação internacional e de concessão de bolsas no país e no exterior, já desenvolvidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes que, junto com a Secretaria de Alfabetização Continuada, Diversidade e Inclusão (Secadi) responde pela coordenação da iniciativa.

O objetivo do Programa é oferecer oportunidade aos estudantes e ampliar sua participação em novas experiências educacionais e profissionais voltadas à educação, à competitividade e à inovação em áreas prioritárias para a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo, o estudo e valorização das especificidades socioculturais e linguísticas dos povos indígenas, a acessibilidade e inclusão no Brasil, e a difusão do conhecimento da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena

Defensoria Pública da União assume formalmente a defesa dos Tenharim presos em Porto Velho

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.02.2014



Ricardo Albuquerque (quarto a partir da esquerda, com o cocar azul) e os Tenharim

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

A estratégia de repassar para a Defensoria Pública da União (DPU) a liderança da defesa dos indígenas atualmente em prisão temporária em Porto Velho não poderia ter sido mais correta e em tempo certo. Contratado pelos Tenharim para atuar no processo referente à proteção dos indígenas Tenharim e Jiahui e ao ressarcimento dos estragos causados pela Transamazônica, Ricardo Tavares de Albuquerque, Professor da Universidade Estadual do Amazonas e advogado civil, soube felizmente reconhecer a necessidade de ajuda.

Muito antes de se transformarem numa prisão temporária contra cinco indígenas, as acusações contra os Tenharim vinham sendo utilizadas, desde o 25 de dezembro, como uma espécie de Inquisição, iniciada publicamente com uma sessão de fogueiras. E digo publicamente porque é óbvio que a violência que ganhou fotos, vídeos e manchetes nesse dia, e da qual não há dúvida de que muitos participaram movidos pela dor causada pelo desaparecimento das três vítimas que estão sendo hoje enterradas – Luciano Freire, Stef Pinheiro e Aldeney Salvador -. vinha sendo construída há algum tempo por interesses diversos, que de repente conseguiram um 'mote' apropriado para deflagrá-la.

CONT.



Para fazer frente à subida Amazonas adentro do arco do desmatamento e das suas madeiras associadas, ao cerco da pecuária vinda principalmente de Manicoré, ao garimpo que já transformara uma estrada em perigosa 'rota de extermínio', a fazendeiros que não tinham pudor ao defender a troca das terras produtivas da reserva indígena por outras mais estéreis e, acima de tudo, ao poder financeiro e à rede de interesses que tudo isso representa, envolvendo desde os mais diversos meios de comunicação a até mesmo 'acadêmicos', com certeza é necessário bem mais que o trabalho quixotesco (no bom sentido) de um advogado professor, ainda que eventualmente contando com a ajuda de um (ou mais) estagiário.

Assim, considerando as dimensões e as implicações alcançadas pelo caso, após reuniões que envolveram lideranças indígenas e da própria COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira), ficou decidido que o caso seria repassado formalmente para a DPU, que desde novembro de 2013 tem como Defensor Chefe em Manaus o cearense Edilson Santana Gonçalves Filho. O que não significa, entretanto, que Ricardo Albuquerque dele se afaste, como desejavam muitos.

Mas é fundamental que a Defensoria Pública da União exerça suas prerrogativas e poderes tomando a frente no caso do Habeas Corpus que pede a libertação dos cinco indígenas presos e nas tratativas objetivando sua imediata transferência para a capital do Amazonas. Ao que tudo indica, essas duas medidas urgentes já estariam felizmente sendo providenciadas. Considerando matéria publicada hoje no Estadão, Edilson Santana Gonçalves Filho teria dito que "Um defensor já esteve no presídio para verificar as condições dos presos. Se houver violação dos direitos humanos, vamos pedir a transferência, mesmo porque o processo deve correr pela Justiça do Amazonas".



Representantes da SDH vão à BA para debater conflitos entre índios e produtores
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.02.2014

Alex Rodrigues – Repórter da Agência Brasil* Edição: Carolina Pimentel

O ouvidor nacional dos Direitos Humanos, Bruno Renato Teixeira, e o coordenador do Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos (SDH), da Presidência da República, Igo Martini, estão no sul da Bahia desde a tarde de anteontem (4), região marcada por conflitos entre índios tupinambás e produtores rurais.

Teixeira e Martini devem se reunir com juízes federais e lideranças indígenas para discutir a situação e verificar o andamento das ordens judiciais de reintegração de posse de fazendas ocupadas pelos tupinambás na área conhecida como Serra do Padeiro, que abrange as cidades de Ilhéus, Una e Buerarema. Segundo a Justiça Federal, os dois representantes vão se reunir com a juíza federal titular da subseção de Itabuna, Máisia Seal Carvalho Pamponet, e com o juiz federal substituto, Victor Cretella Passos Silva, na manhã desta quinta-feira (6). Teixeira e Martini integraram a comissão federal que, em agosto de 2013, esteve na região para buscar uma solução para os conflitos entre produtores rurais e os índios, que pedem a conclusão do processo demarcatório da Terra Indígena Tupinambá de Olivença.

Segundo a assessoria do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), tramitam nas subseções de Itabuna (que responde também pelo município de Buerarema) e de Ilhéus pelo menos 35 processos que pedem desocupação imediata das terras. Em Itabuna, foram concedidas cinco liminares, sendo que uma foi posteriormente suspensa pelo próprio tribunal. Em Ilhéus, foram concedidas cerca de 30 liminares. À Agência Brasil, a Procuradoria da República na Bahia informou que as ações de reintegração são acompanhadas por representantes do Ministério Público Federal, que tem interposto recursos contra as liminares.

Na semana passada, o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou pedido ao Supremo Tribunal Federal para que os índios permaneçam nas áreas ocupadas até julgamento da Corte. "O caso demanda a intervenção excepcional do Supremo Tribunal Federal [STF] que, atento à proporção que o conflito, já há muito instaurado, vem tomando, atuará como pacificador", sustenta Janot, no pedido em que afirma haver "enorme instabilidade no exame da questão", pois, em alguns processos, o TRF1 concedeu a liminar de reintegração de posse, enquanto em outros, não.

Janot disse à Agência Brasil já ter conversado sobre o assunto com o presidente do Supremo, ministro Joaquim Barbosa. "Conversei pessoalmente [com o ministro Joaquim Barbosa] e ele ficou de analisar a questão. Acho que essa é uma questão federal [...] porque, em questão de terra indígena, a Justiça estadual não é competente [para apreciar a questão]. Competente é a Justiça Federal [...] e [a decisão favorável do Supremo] cumpriria o que diz a Constituição", disse .

CONT.



No pedido, Janot argumenta que a Constituição Federal garante às comunidades indígenas o direito sobre as terras que tradicionalmente ocupam e que a demarcação da reserva indígena será “uma consequência lógica e necessária, com vistas à concretização dessa proteção constitucional”.

A Terra Indígena Tupinambá de Olivença, como vem sendo chamada – embora ainda não tenha sido homologada –, foi identificada pela Fundação Nacional do Índio (Funai) como território tradicional em 2009. A área delimitada mede 47.376 hectares e abriga 21 aldeias. Para a conclusão do processo demarcatório ainda é necessário que o Ministério da Justiça publique uma portaria declaratória reconhecendo o direito indígena ao usufruto da área indicada pela fundação e, por fim, que a Presidência da República homologue a reserva. “O fato de não haver sido concluído o procedimento demarcatório não poderia ser óbice, como foi, ao reconhecimento do direito – possessório que seja, no momento – dos tupinambás sobre as terras que ocupam”, defende o procurador-geral.

Segundo índios e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a ocupação de várias fazendas é uma forma de cobrar do governo federal a conclusão do processo demarcatório e a retirada dos não índios da área. No entanto, o clima na região é tenso.

Em setembro do ano passado, um índio foi morto a tiros, um trabalhador rural foi baleado durante uma ocupação e três professores do Instituto Federal da Bahia foram agredidos após algumas pessoas identificarem que um deles era índio. Na cidade de Buerarema, principal foco dos conflitos, casas e veículos foram incendiados e prédios públicos depredados durante protestos contra a criação da terra indígena. A Força Nacional foi enviada para a região e o efetivo da Polícia Militar reforçado para tentar conter as ocupações.

Em setembro de 2013, o Ministério Público Federal em Ilhéus ajuizou uma ação civil pública contra a União, por entender que a demora na demarcação e homologação da terra indígena tem colaborado para a ocorrência de conflitos violentos entre indígenas e fazendeiros, principalmente em Buerarema. O MPF pediu à Justiça Federal que estabeleça um prazo para que o Ministro da Justiça conclua o processo demarcatório.

*Colaborou Ivan Richard

AM – Centro Acadêmicos de Ciências Sociais protesta contra alienação da UFAM e omissão em relação aos alunos Tenharim
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 06.02.2014



O Centro Acadêmicos de Ciências Sociais da UFAM fez um protesto em vários lugares do prédio, na segunda-feira última, dia 3, contra o que classificaram como “a inércia da Universidade Federal do Amazonas em relação aos estudantes indígenas do Sul do Amazonas, que estão sendo impedidos de assistirem às aulas regulares na unidade da UFAM daquela localidade”.

Desde o dia 25 de dezembro, os estudantes indígenas do campus da Universidade em Humaitá estão sendo impedidos de ir à cidade para assistir às aulas. No dia 21 de janeiro, o Ministério Público Federal enviou uma Recomendação à UFAM e a outras instituições de ensino superior (como a Universidade Estadual e Instituto Federal do Amazonas), estabelecendo um prazo de dez dias para que viabilizassem o direito dos alunos indígenas à educação. De todas, somente a UFAM não respeitou a Recomendação no prazo, nem até o momento.

Segundo as lideranças do CACS, a manifestação foi exatamente para pressionar a reitoria a cumprir a Recomendação e se posicionar em favor dos Tenharim: “a universidade não é uma instituição descolada da sociedade; ao contrário, ela faz parte dela e não pode ignorar uma crise com essa”.

A direção do Centro Acadêmico é crítica:

CONT.



“Há tempos a UFAM não se envolve nas questões sociais mais candentes da atualidade. Em junho, quando o Brasil estava sendo sacudido por grandes manifestações, o Conselho Superior Universitário (CONSUNI) se reuniu para tratar de questões administrativas, enquanto ‘o mundo desmoronava lá fora’.

Que tipo de universidade é essa que se afasta dos movimentos sociais, que se distancia dos movimentos da sociedade e se esconde quando chamada para se posicionar diante de questões como essas?

Sabemos que os povos originários vêm sofrendo essa perseguição sistemática há mais de 500 anos no Brasil, que redundou em seu genocídio ao longo de toda a história desse país, deixando cicatrizes profundas na sociedade brasileira.

Quando estávamos colocando a faixa na reitoria, fomos constrangidos por uma pessoa que estava no local e disse que era proibido protestar ali. Mesmo assim a faixa foi deixada onde havia sido colocada, e em minutos foi retirada. Mas outras faixas foram postas em vários pontos da universidade reforçando que a luta dos Tenharins é legítima e que precisa ser reconhecida pela instituição”.

Para mais detalhes sobre a questão, leia Reitoria ignora Recomendação do MPF e UFAM não recebe universitários indígenas do sul do Amazonas, que publicamos ontem à tarde. Nela está também o link para a íntegra da Recomendação do Ministério Público Federal, que a Reitoria da Universidade continua desrespeitando.

